

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileveculos Companhia de Seguros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora encerrou o exercício com prêmios emitidos líquidos de R\$ 1.310,6 milhões, representando um recuo de 16,7% sobre o exercício de 2010. O lucro líquido de 2011 foi R\$ 25,1 milhões. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante		872.782	1.271.171
Disponível			
Caixa e bancos	5	7.715	524
Aplicações		6	343.914
Créditos das operações com seguros e resseguros		6	326.770
Prêmios a receber	7	318.230	668.568
Operações com seguradoras		1	-
Operações com resseguradoras		6	1
Outros créditos operacionais		8.533	10.157
Títulos e créditos a receber		29.744	40.775
Títulos e créditos a receber		2.683	2.598
Créditos tributários e previdenciários	8	24.970	37.010
Outros créditos		2.091	1.167
Outros valores e bens		10	37.038
Bens a venda		37.038	32.447
Despesas antecipadas		11	52.583
Custos de aquisição diferidos		14	75.218
Seguros		75.218	107.485
Ativo não circulante		946.248	770.828
Realizável a longo prazo		932.887	755.462
Aplicações		6	494.252
Títulos e créditos a receber		8	437.248
Créditos tributários e previdenciários	6	51.744	42.524
Depósitos judiciais e fiscais	12	385.504	325.857
Custos de aquisição diferidos		14	1.387
Seguros		1.387	552
Investimentos		2.274	2.248
Imóveis destinados à renda		1.764	1.709
Outros investimentos		510	539
Imobilizado		2.028	2.345
Bens móveis		1.232	1.398
Outras imobilizações		796	947
Intangível		8.321	8.723
Outros intangíveis		8.321	8.723
Diferido		738	2.050
Diferido		738	2.050
Total de ativo		1.819.230	2.042.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas deliberaram o aumento de capital de R\$ 20 milhões. Os Grupos Banco do Brasil e MAPFRE celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao **GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE: a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. **b)** MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. Como estratégia operacional, inerente ao processo de

2010 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		1.014.379	1.343.717
Contas a pagar		71.978	126.922
Obrigações a pagar		24.912	38.203
Impostos e encargos sociais a recolher		23.189	44.857
Encargos trabalhistas		2.262	2.103
Impostos e contribuições		21.592	41.750
Outras contas a pagar		23	9
Débitos de operações com seguros e resseguros		38.343	78.503
Prêmios a restituir		510	272
Corretores de seguros e resseguros		37.782	78.188
Outros débitos operacionais		51	43
Depósitos de terceiros		13	2.736
Depósitos de terceiros		2.736	16.176
Provisões técnicas - seguros		14	901.322
Danos		901.322	1.122.116
Passivo não circulante		352.096	292.460
Exigível a longo prazo		352.096	292.460
Contas a pagar		7.737	5.539
Tributos Diferidos		7.737	5.539
Provisões técnicas - seguros		14	10.560
Danos		10.560	3.917
Outros débitos		12	333.799
Provisões judiciais		12	333.799
Patrimônio líquido		15	452.755
Capital social		222.431	172.431
Aumento de capital em aprovação		20.000	-
Reservas de capital		1.056	1.056
Reservas de lucros		207.277	232.165
Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.991	510
Total de passivo		1.819.230	2.042.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009	Nota	Reservas de lucros					Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados	Total
		Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial	Lucros acumulados	Total		
172.431		-	1.056	30.941	115.330	-	416	-	320.174	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(1.802)	-	94	-	94	
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(1.802)	
Lucro líquido do exercício								87.696	87.696	
Proposta para destinação do resultado	15									
Reserva legal		-	-	3.545	-	-	-	(3.545)	-	
Reserva especial para dividendos		-	-	-	-	21.038	-	(21.038)	-	
Reserva suplementar		-	-	-	-	-	-	(63.113)	-	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010		172.431	50.000	1.056	34.486	176.641	21.038	510	406.162	
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 31 de março de 2011	15	-	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	
Aprovação do aumento de capital conforme PORTARIA SUSEP/CGRAT nº 1247, de 21 de julho de 2011	15	50.000	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	15	-	20.000	-	-	-	-	-	20.000	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	1.481	-	1.481	
Lucro líquido do exercício								25.112	25.112	
Proposta para destinação do resultado	15									
Reserva legal		-	-	1.256	-	-	-	(1.256)	-	
Reserva especial para dividendos		-	-	-	-	5.964	-	(5.964)	-	
Reserva suplementar		-	-	-	-	-	-	(17.892)	-	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011		222.431	20.000	1.056	35.742	144.533	27.002	1.991	452.755	

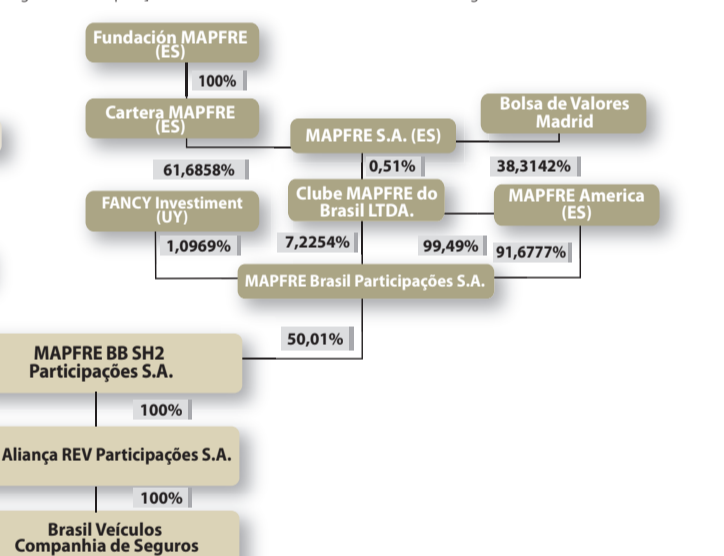
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileveculos Companhia de Seguros (doravante referida também como "Brasileveculos" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, à Rua Senador Dantas, 105 - 29ª parte, 30ª e 31ª andar, Centro, Rio de Janeiro e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros no mês de setembro de 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Brasileveculos, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil, e empresas a ele ligadas (doravante denominada "BB"), mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas em nota explicativa nº 21. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Em 17 de novembro de 2010, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Aliança REV Participações S.A. (anteriormente

denominada BB Aliança REV Participações S.A.) referida também como "Aliança REV" foi aprovado o laudo de avaliação de 25 de outubro de 2010, das ações representativas de 70% do capital social da Brasileveculos, que foram conferidas pela BB Seguros ao capital social da Companhia. A mesma Assembleia aprovou o aumento do capital social da Aliança REV e as decisões da referida AGE foram homologadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 24 de fevereiro de 2011. Como parte da reorganização societária e operacional inerente ao estabelecimento da parceria a Aliança REV Participações S.A. passa a ter a totalidade das ações da Brasileveculos Companhia de Seguros. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao Grupo Segurador Banco do Brasil & MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: **a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. **b)** MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424/2011 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga as Circulares SUSEP nº 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Nesse sentido, para fins de comparabilidade alguns saldos foram reclassificados, conforme descrito na nota 2 (b). Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 424/11 e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPC's homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 23. A Companhia não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424/11 e suas alterações posteriores. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) créditos tributários e ii) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** Desde outubro de 2011 as emissões das apólices da Companhia foram migradas para a MAPFRE Seguros Gerais S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.), pois estavam em sistema técnico que até a associação com o Grupo MAPFRE era a estratégia adotada pela administração. Em virtude da associação do Grupo MAPFRE e Banco do Brasil S.A., descrita na Nota 1 foi decidido pela administração iniciar o processo de novas emissões em outra Companhia, conforme anteriormente mencionado. Essa estratégia está no contexto das reestruturações societárias e operacionais da parceria do Grupo MAPFRE e BB. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por redução ou aumento de valor recuperável. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas homologadas pela SUSEP. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Nota 3b Instrumentos financeiros;
 - Nota 3m Classificação dos contratos de seguros;
 - Nota 3n Mensuração dos contratos de seguros;
 - Nota 3o Custos de aquisição diferidos;
 - Nota 3p Provisões técnicas;
 - Nota 3q Teste de adequação dos passivos;
 - Nota 7 Prêmios a receber (no que se refere a provisões para risco de crédito); e
 - Nota 12 Provisões judiciais.
- g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. **b) Instrumentos financeiros:** **Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **i) Instrumentos financeiros** que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **iii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **iv. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **v. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **vi. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **vii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **viii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **ix. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **x. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xi. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xiii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xiv. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xv. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xvi. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xvii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xviii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xix. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "manutidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos seus rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **xx. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Reported) é obtida, conforme disposto na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial específica, pela média dos resultados de dois triângulos de run-off referentes a sinistros e outros dois referentes a salvados e ressarcimentos. Todos os triângulos possuem históricos de 120 meses, sendo a seleção de fatores efetuada automaticamente por meio de regras. Um dos triângulos considera os montantes alocados conforme o lapso temporal entre a ocorrência e seus respectivos pagamentos (método conhecido como IBNP - Incurved But Not Paid - Ocorrências não Pagos), enquanto que o outro contempla não apenas o pagamento, como também a última posição da reserva destes sinistros (também conhecido como Sinistos Incorridos). O resultado médio destes triângulos é trazido a valor presente com base na estimativa da Taxa Referencial (TR). Posteriormente alocamos o resultado na PSL e no IBNR conforme representação proporcional destes em seu somatório. A proporção alocada na PSL é líquida da estimativa de salvados e ressarcimentos, obtida por metodologia análoga à de estimativa de sinistros. As Provisões Técnicas de Prêmios (PPNG) e de Sinistros (PSL e IBNR) das operações de retrocesso, em run-off, são constituídas segundo informações recebidas do IRB - Brasil Resseguros S.A. **q) Teste de adequação dos passivos (TAP):** O Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é internacionalmente conhecido como Liability Adequacy Test (LAT) conforme disposto no CPC 11 - Contratos de seguros, e tem como finalidade testar o montante registrado na contabilidade a título de provisões técnicas em um estudo único. O estudo do TAP é realizado semestralmente, considerando as premissas atualizadas e os parâmetros mínimos determinados pela Autarquia por intermédio da Circular SUSEP 410, de 22 de dezembro de 2010, e tem por essência a análise prospectiva das provisões em fluxo de caixa futuro descontado (flow cash discounted). Quando essas análises demonstram uma insuficiência nos passivos correspondentes, uma provisão adicional é reconhecida na demonstração da posição financeira, conforme origem, sendo a insuficiência de provisão de sinistros alocada no IBNR ou na PSL, ou, caso a insuficiência esteja nas provisões de prêmios, alocamos na P/L. O cálculo realizado para a data-base, utilizando a sinistralidade atuarial histórica de 24 meses, não apresentou insuficiência no montante total de provisões registradas. Conforme requerido no parágrafo terceiro da Circular SUSEP 410/10, o teste de adequação de passivos não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de DPVAT. **r) Depósitos de terceiros:** Os depósitos de terceiros registram, basicamente, os valores recebidos dos segurados, no intervalo de tempo que antecede a emissão das apólices, bem como as parcelas cobradas e ainda não baixadas. (vide nota 13). **s) Benefícios aos funcionários:** **i) Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii) Obrigações por aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições sob planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas em função das despesas de benefícios empregados no curso de prazos de contribuição, constituindo-se seguintes comitês empregados: **iii) Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos, incluindo ativos disponíveis para venda, receita de dividendos recebidos pela investida pela avaliação de custo, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de liquidez; c) Risco de mercado; d) Risco operacional; e) Risco de subscrição. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades da unidade de negócio é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de governança e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a qualidade do processo de gestão de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **• Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. E de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração da sociedade holding, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculados ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta administração no processo de gestão de riscos, a implementação de controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da sociedade holding. **• Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da sociedade holding que tem como atribuições entre que tem como atribuições entre outros, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração da sociedade holding o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia, visando a otimização dos recursos e o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerida para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações e informações consistentes relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro ao qual a Companhia está sujeita caso um cliente ou contraparte, por meio de um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, de parceiros de negócios e de ativos financeiros. O risco de crédito pode ser materializado por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento de prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; e Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas ou de ressarcimento previsto nos contratos de transferência de riscos subscritos. **Gerenciamento do risco de crédito:** A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais, as classificações de crédito por companhias avaliadoras de risco, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. **Aspectos quantitativos de risco de crédito**

	2011	2010
Ativos financeiros		
I) Caixa e bancos	7.715	524
II) Prêmios a receber	318.230	668.568
III) Títulos e créditos a receber	415.248	370.435
IV) Aplicações financeiras	838.166	723.920
Total	1.579.359	1.763.447

Aspectos qualitativos de risco de crédito: I) Caixa e bancos: nossa Companhia mantém concentração com bancos de primeira linha sendo de 90%. **II) Prêmios a receber:** O prêmio a receber está assim distribuído: **• Carteira de clientes:** têm a preferência de pagamento da seguinte forma - 80% em débitos em conta corrente, 10% em carnê e 10% cartão de crédito; **• Nossa carteira:** está distribuída em 95% do varejo. **III) Títulos e créditos a receber:** Estão assim distribuídos: 16% de Créditos tributários e 83% de Depósitos judiciais e fiscais. **IV) Aplicações Financeiras:** nossos títulos estão assim distribuídos - 74% alocados em títulos públicos com classificação de rating e 26% em títulos privados. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir para com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que sejam liquidadas com pagamentos em numerários ou com substituição por outro ativo financeiro. A abordagem da administração de liquidez na Companhia busca garantir o máximo possível, que se tenha recursos disponíveis o suficiente para cumprir para com suas obrigações a vencerem, tanto sob condições normais quanto em hipóteses de estresse, mitigando perdas inaceitáveis e/ou reflexos à reputação da Companhia. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão de liquidez, são aprovados anualmente pela Diretoria, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração Mapfre BSHZ. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e de realização das obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (Asset Liability Management - ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

	2011	2010
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	7.715	524
Prêmios a receber	318.230	668.568
Títulos e créditos a receber	29.744	40.775
Aplicações financeiras	343.914	337.462
Total	669.603	1.047.329

Passivos financeiros

	2011	2010
Fornecedores	2.047	1.393
Contas a pagar	22.888	36.819
Débitos de operações com seguros	38.343	78.503
Depósitos de terceiros	2.736	16.176
Total	66.014	132.891

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de riscos é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para os contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o gerenciamento de ativos e passivos. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno do investimento. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre a taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração e o monitoramento das posições sob condições de estresse. **Informações de risco de mercado de mensuração:** O processo de mensuração de riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos alinhados a dados e do aplicativo CMA Tradelsolution (Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S.A.), Companhia com desenvolvimento Brasileiro. A infraestrutura de tecnologia das informações vinculadas a este processo encontra-se em parte instalada em ambiente local administrado pela própria Companhia e, em parte, no ambiente do Banco do Brasil, intermediário no fornecimento da solução. As curvas de juros, preços e informações características dos instrumentos financeiros são desenvolvidas e processadas pelo Banco do Brasil e transferidas eletronicamente para a rede interna de dados da Companhia. O processamento final dos dados, a análise e o monitoramento das posições são feitos pela Gerência Financeira. **Risco de crédito:** Limites legais de concentração, conforme normativos expedidos pela SUSEP e CVM (para fundos de investimentos) e limites operacionais definidos na Política de Investimentos da Companhia. **Risco de taxa de juros:** Para garantir que os ativos acompanhem as taxas de juros praticados no mercado, a Companhia inflaciona; **• Papéis pós-fixados indexados aos CDI's;** **• Títulos públicos;** e **• Títulos indexados a índices de inflação. Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado:** Definido como risco de mercado a perda potencial advinda de variações na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e preços de commodities. Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) curvas de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas das sociedades. São considerados os ativos categorizados como "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" e os "ativos financeiros disponíveis para venda", que estão marcados a mercado conforme as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pelo Banco do Brasil. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros, sob o mesmo cenário observado no padrão adotado internacionalmente. Considerando as premissas adotadas os valores apurados são:

	R\$ mil	
	2011	2010
Impacto no Patrimônio líquido		
Fator de Risco		
Taxa de juros		
• Elevação de taxas	(2.326)	(1.822)
• Redução de taxas	2.991	1.840
d) Risco operacional: O risco operacional está relacionado aos prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de falhas em processos, pessoais, tecnológicos e de infraestrutura, devido a fatores de risco, tais como, desde que não sejam enquadrados como risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco de subscrição e risco legal. Gerenciamento do risco operacional: A identificação do evento de risco é de responsabilidade de todos os funcionários da Companhia. A Gerência de Controles Internos aplica a metodologia de autoavaliação de controles CSA (Control Self Assessment), que identifica os riscos a partir do questionário aplicado aos gestores para análise dos processos e utiliza a matriz de riscos e controles para auxiliar na identificação de processos de maior criticidade. A matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nos resultados das avaliações de riscos contínuas, auditorias e testes externos, testes de conformidade para a revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas, sendo os gestores do processo/sub-processo os responsáveis pela mensuração do impacto financeiro em um evento de risco realizado. Periodicamente, o programa e os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna tramitam pelo Comitê de Auditoria e são submetidos ao Conselho de Administração. Neste cenário, o Grupo dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. e) Risco de subscrição: A Companhia define como risco de subscrição o risco transferido por qual quer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e não haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro, considerando para seleção de risco as seguintes características: Região, Veículo e Segurado. O risco de subscrição está associado à possibilidade de perdas decorrentes da inadequação da precificação, da especificação deficiente das condições de aceitação de determinados riscos, seu exame, aprovação e seus reflexos na estimativa das provisões técnicas, podendo ser analisado pelas seguintes opções: I) - Risco associado à probabilidade de erro no preço do produto comercializado: Instrumentos existentes para identificação, análise de riscos e monitoramento: • Política de Subscrição - Traça		

as diretrizes que norteiam o processo de subscrição e aceitação de riscos previsto para a precificação metodológica baseada nos dados históricos das apólices, dos registros de sinistros e dos perfis de risco dos condutores; **• Norma de Subscrição de Riscos -** Estabelece as disposições necessárias à avaliação dos riscos de subscrição a partir do desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, determinação dos limites de retenção, contratação de co-seguro e resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas e outras atividades correlatas; **• Questionário de Avaliação de Riscos -** Parte integrante da proposta de seguro sendo utilizado no cálculo do prêmio (precificação) e como parâmetro para avaliação em caso de sinistro; **• Avaliação do resultado da carteira Mensalmete** é realizada uma avaliação detalhada do resultado da carteira para verificar se as regras de subscrição definidas estão alinhadas e dando o resultado esperado ou se precisam ser revistas. **• Carregamento do Prêmio -** Com objetivo de assegurar a manutenção operacional da companhia, as taxas puras de riscos são carregadas com percentuais médios históricos de Remuneração do Capital Próprio (até 5%), de Despesas de Administração (até 10%), e de Despesas de Comercialização (até 25%). **II - Risco associado ao cálculo das provisões técnicas:** A consistência e a adequabilidade das metodologias, regras e critérios das provisões técnicas são revisados periodicamente. Não obstante, cabe salientar que as metodologias, regras e critérios das provisões técnicas são objeto das Avaliações Atuais (vide Parecer Atuarial) realizadas anualmente e do Teste de Adequação de Passivos (vide nota 3 p) realizado semestralmente. **Análise de Sensibilidade do risco do negócio:** Definido como risco de negócio, a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros. Como fator de risco eleger-se a variável sinistralidade, definindo-se como parâmetro quantitativo uma elevação de 5 pontos percentuais, arredondamento conservador da média das variações históricas da sinistralidade do período de 3 anos para todos os ramos em que a Companhia atua. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2011		2010			
	PL	Resultado	PL	Resultado		
Fator de Riscos Sinistralidade	Redução	Como a redução de 5% na sinistralidade afetaria o exercício	55.207	55.207	51.453	51.453
	Aumento	Como o elevação de 5% na sinistralidade afetaria o exercício	(55.207)	(55.207)	(51.453)	(51.453)

Concentração de riscos: Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco conforme Resolução CNSP nº 228/2010. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. Não consideramos nas informações abaixo o DPVAT e as Retrocessões.

	2011		2010	
	PL	Resultado	PL	Resultado
Prêmio de risco por região				
Automóveis				
Regiões:				
1 - AC - AM - AP - PA - RO - RR	39.600	3	52.473	3
2 - CE - MA - PI	68.258	5	82.231	5
3 - AL - PB - PE - RN	80.893	6	100.201	7
4 - BA - SE	70.990	6	79.997	5
5 - DF - GO - MS - MT - TO	418.944	33	492.400	32
6 - ES - MG - RJ	229.113	18	283.243	19
7 - SP	157.750	13	207.093	14
8 - PR - RS - SC	195.004	15	227.535	15
Total	1.260.552		1.525.173	

5. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA

A Companhia possui basicamente em seus registros dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista.

	2011	2010
Caixa	12	12
Contas bancárias	7.703	512
	7.715	524

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente do vencimento dos títulos.

	2011				Taxa de juros
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos					
Quotas de fundos de investimentos	212.940	-	-	212.940	82
Fundo soberano - DPVAT	42.712	-	-	42.712	16
Quotas de fundos de direitos creditórios	-	-	5.160	5.160	2
Categorial I - títulos para negociação	255.652	-	5.160	260.812	100
Certificado de depósito bancário	-	-	46.855	46.855	8
com garantia especial	-	-	129.174	129.174	22
Letras financeiras	-	-	20.364	20.364	4
Debêntures	-	-	7.529	7.529	10
Outras aplicações	94	-	-	94	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	268.012	268.012	(72)
Notas do tesouro nacional - Classe B	-	-	102.006	102.006	3.402
Categorial II - títulos disponíveis para venda	94	-	573.940	574.034	100
Total	255.746	-	579.100	834.846	100

	2010				Taxa de juros
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos					
Quotas de fundos de investimentos	137.115	-	-	137.115	78
Fundo soberano - DPVAT	39.398	-	-	39.398	22
Categorial I - títulos para negociação	176.513	-	40.202	176.513	100
Certificado de depósito bancário	-	-	40.202	40.202	7
com garantia especial	-	-	99.138	99.138	18
Debêntures	-	-	8.756	8.821	(65)
Outras aplicações	96	-	-	96	-
Letras do tesouro nacional	-	-	39.985	49.981	9
Letras financeiras do tesouro	-	-	274.629	274.629	(104)
Notas do tesouro nacional - Classe B	-	-	51.748	51.008	740
Notas do tesouro nacional - Classe C	-	-	22.961	22.681	280
Categorial II - títulos disponíveis para venda	96	-	9.996	537.315	851
Total	176.609	-	9.996	537.315	851

b) Movimentação das aplicações financeiras

	2011					
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Juros	Rendimentos	Saldo final
Títulos						
Quotas de fundos de investimentos	137.115	501.963	(446.067)	-	19.929	212.940
Fundo soberano - DPVAT	39.398	6.353	(7.451)	-	4.412	42.712
Quotas de fundos de direitos creditórios	-	5.000	-	-	160	5.160
Categorial I - títulos para negociação	176.513	513.316	(453.518)	-	24.501	260.812
Certificado de depósito bancário	40.202	10.000	(8.558)	-	5.211	46.855
Depósito a prazo	-	-	-	-	-	-
com garantia especial	99.138	92.000	(77.108)	-	15.144	129.174
Letras financeiras	8.821	5.005	(6.132)	(1.148)	983	7.529
Debêntures	274.629	111.025	(146.949)	(2)	29.307	268.012
Letras financeiras do tesouro	49.981	-	(50.000)	-	19	-
Notas do tesouro nacional - Classe B	51.008	44.598	-	(4.980)	11.380	102.006
Notas do tesouro nacional - Classe C	22.681	-	(23.450)	-	769	-
Categorial II - títulos disponíveis para venda	546.556	282.628	(312.197)	(6.130)	63.177	574.034
Total	723.069	795.944	(765.715)	(6.130)	87.678	834.846

	2010					
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Juros	Rendimentos	Saldo final
Títulos						
Quotas de fundos de investimentos	94.944	504.752	(472.056)	-	9.475	137.115
Fundo soberano - DPVAT	-	39.398	-	-	-	39.398
Categorial I - títulos para negociação	94.944	544.150	(472.056)	-	9.475	176.513
Certificado						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

iii) Provisão de tributos em discussão judicial e administrativa: COFINS: Pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e Emenda Constitucional nº 20, promulgada em 16 de dezembro de 1998, foi instituída a COFINS para as Instituições Financeiras, Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Privada. A semelhança de diversas empresas do setor, a Companhia obteve, em junho de 1999, liminar em mandado de segurança, conforme art. 151, Inciso IV do CTN, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, a partir do fato gerador de maio de 1999. Em outubro de 2005, foi publicado acórdão do TRF - 2ª Região à Brasileira Veículos Companhia de Seguros, determinando o recolhimento integral do tributo, com base na totalidade das receitas (receita bruta), fazendo com que a Companhia passasse a depositar integralmente o valor do tributo. Em 2006, o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes, julgando inconstitucional o alargamento da base de cálculo da COFINS, constituindo precedente jurisprudencial favorável à tese defendida pela Companhia. Face à publicação da Lei nº 11.941/09 revogando o §1º art. 3º da Lei nº 9.718/98, que define receita bruta como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica e devido às novas informações disponíveis, tais como: parecer PGFN/CAT/nº 2.773/07, probabilidade de perda recente indicada pelos advogados patrocinadores da ação, jurisprudência favorável, a Companhia a partir de outubro de 2010 passou a considerar para suas provisões e depósitos judiciais somente as receitas advindas da operação de seguro, revertendo a provisão atualizada referente ao alargamento da base de cálculo (receitas financeiras) para o período de maio de 1999 a setembro de 2010. **PI:** A Companhia impetrou medida judicial requerendo liminar para suspender a exigibilidade da contribuição ao PIS nos termos da Lei nº 9.718/98, assegurando o retorno aos critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 770 e sucessivamente que fosse deferida liminar para autorizar o recolhimento com base de cálculo no faturamento, ao invés da totalidade das receitas (receita bruta). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda.

f) Processos administrativos: CSLL - A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 24.064 (incluindo principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 adotamos o critério para a provisão por baixas maior que 60 dias e em 31 de dezembro de 2010 o critério é maior de 180 dias. Conforme Circular SUSEP nº 424, de 20 de abril de 2011 e suas alterações posteriores, os depósitos de terceiros estão assim distribuídos:

	2011	2010
Depósitos de terceiros	984	7.454
De 1 a 30 dias	1.752	5.606
De 31 a 60 dias	-	2.649
De 61 a 120 dias	-	467
De 121 a 180 dias	-	-
Total	2.736	16.176

14. PROVISÃO TÉCNICA E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Detalhamento das principais provisões técnicas e custo de aquisição diferidos por ramo

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos	571.466	812.226
Automóvel	379.096	640.157
Responsabilidade civil facultativa	115.010	162.163
Assistência e outras coberturas - Auto	70.641	-
Demais ramos	6.719	9.906
Sinistros a liquidar	281.355	270.384
Administrativas	203.902	194.383
Automóvel	148.642	151.960
Responsabilidade civil facultativa	41.349	34.290
DPVAT	5.570	6.195
Acidentes pessoais passageiros	980	1.000
Assistência e outras coberturas - Auto	6.437	-
Demais ramos	924	938
Judicial	77.453	76.001
Automóvel	13.314	11.548
Responsabilidade civil facultativa	40.215	33.236
DPVAT	23.015	30.476
Demais ramos	909	741
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	55.108	38.387
Automóvel	14.833	12.242
Responsabilidade civil facultativa	25.434	23.550
DPVAT	13.995	2.346
Assistência e outras coberturas - Auto	620	-
Demais ramos	226	249
Custo de aquisição diferidos	76.605	108.037
Automóvel	50.667	85.362
Responsabilidade civil facultativa	15.477	21.388
Assistência e outras coberturas - Auto	9.593	-
Demais ramos	868	1.287

b) Movimentações das provisões técnicas

	2011			
	Saldo inicial	Constituição	Reversões	Saldo final
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	812.226	64.376	(305.136)	571.466
Sinistros avisados (PSL + IBNER _{psl})	270.384	38.851	(27.880)	281.355
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR (IBNR+IBNER _{ibnr})	38.387	25.835	(9.114)	55.108
Outras Provisões (PCP+PCP-RVNE+Outras)	5.036	2.654	(3.737)	3.953
Total	1.126.033	131.716	(345.867)	911.882
Custo de aquisição diferidos	108.037	8.941	(40.373)	76.605

	2010			
	Saldo inicial	Constituição	Reversões	Saldo final
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	710.129	126.843	(24.746)	812.226
Sinistros avisados (PSL + IBNER _{psl})	273.871	66.704	(20.191)	270.384
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR (IBNR+IBNER _{ibnr})	22.327	18.052	(1.992)	38.387
Outras Provisões (PCP+PCP-RVNE+Outras)	4.629	1.024	(617)	5.036
Total	960.956	212.623	(47.546)	1.126.033
Custo de aquisição diferidos	85.349	23.629	(941)	108.037

c) Movimentação de sinistros

	2011	2010
Sinistros avisados	692.855	674.832
Alteração de estimativas	(135.645)	(130.974)
Sinistros pagos	1.120.590	1.018.553
Sinistros baixados	(550.002)	(519.979)
Total	1.127.798	1.042.432

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. **Sinistros brutos/liquido de resseguro:** Em milhares de reais

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Montante estimado para os sinistros	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	4.563.641
• Um período após a ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	-	3.587.794
• Dois períodos após a ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	-	-	2.548.379
• Três períodos após a ocorrência	492.326	579.537	671.878	-	-	-	1.743.741
• Quatro períodos após a ocorrência	492.002	580.076	-	-	-	-	1.072.078
• Cinco períodos após a ocorrência	492.627	-	-	-	-	-	492.627
Estimativa dos sinistros na data-base (2011)	492.627	580.076	671.878	805.203	1.043.444	1.074.954	4.668.182
Pagamentos de sinistros efetuados	487.945	573.757	663.220	793.674	1.022.152	849.464	4.390.212
Sinistros Pendentes/IBNR	4.681	6.319	8.657	11.529	21.292	225.490	277.968

e) Custo de aquisição diferido: Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguros são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, o custo de aquisição diferido para seguros de auto, é amortizado ao longo do prazo de vigência estimado para os contratos, com um percentual constante da expectativa de prêmios. O custo de aquisição diferido para produtos de seguros gerais são amortizados ao longo do período em que os respectivos prêmios ganhos são reconhecidos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 242.431 (R\$ 172.431 em 2010), representado por 31.821.068 ações ordinárias nominativas e 31.821.068 ações preferências nominativas sem direito a voto, sem valor nominal, totalmente integralizada. O capital social é integralizado

100% e autorizado pela SUSEP de R\$ 222.431 em 2011 e R\$ 172.431 em 2010.

b) Aumento de capital em aprovação: Conforme deliberado pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de março de 2011, foi aprovado o aumento de capital através de capitalização de Reservas de Lucros no valor de R\$ 50.000. Conforme PORTARIA SUSEP/CGRAT nº 1.247, foi aprovado o aumento de capital em 21 de julho de 2011 no valor de R\$ 50.000. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital através de espécie sem emissão de ações no valor de R\$ 20.000.

c) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentado pelo CPC 24. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Conforme mencionado na nota 16, em virtude do plano de solvência em que a Companhia se encontra os dividendos não foram registrados no passivo.

d) Reserva de capital: Corresponde à Reserva de Doações e Subvenções de Investimentos decorrentes de Incentivos Fiscais recebidos anteriormente.

e) Reservas de Lucros: **i) Reserva legal:** Constituída pelo lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social. **ii) Reserva de retenção de lucros:** Constituída pelo lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da Administração e aprovação da Assembleia Geral, para atender a orçamento de capital aprovado previamente, também pela Assembleia Geral. **iii) Reserva especial para dividendos:** Constituída dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado não distribuídos, conforme § 4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **f) Ajuste com títulos e valores mobiliários:** Ajuste correspondente aos Títulos e Valores Mobiliários classificados pela Administração da Brasileira Veículos Companhia como ativos financeiros disponíveis para venda, computando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **g) Distribuição de resultado:** Para o resultado do exercício, a Administração propõe a seguinte distribuição:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício:	25.112	87.696
Reserva legal:	(1.256)	(3.545)
Lucro líquido pós a Reserva legal:	23.856	84.151
Reserva especial para dividendos:	(5.964)	(21.038)
Transferência para Reserva Suplementar:	17.892	63.113

16. GESTÃO DE CAPITAL

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é otimizar o retorno sobre capital para os acionistas, mantendo níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O Patrimônio Líquido Ajustado resulta do Patrimônio Líquido Contábil após adições e deduções previstas pela Resolução CNSP nº 222, de 06 de dezembro de 2010. O Capital Mínimo Requerido, regulamentado pela Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010 é o montante equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional que a Companhia mantém, a qualquer tempo, para poder operar. O Capital Base é a parcela do capital fixada em função da região de operação, sendo o montante determinado pela Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010. O Capital Adicional, conforme disposto em regulação específica, é o montante variável de capital que a Companhia mantém para poder se proteger dos riscos inerentes a sua operação, sendo classificados, conforme disposto na Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010, em cinco grupos de riscos: Risco Legal, Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Subscrição. O Capital Adicional de Risco de Crédito, regulamentado pela Resolução CNSP nº 228, de 06 de dezembro de 2010, está relacionado à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. O Capital Adicional de Risco de Subscrição, regulamentado pela Resolução CNSP nº 158, de 26 de dezembro de 2006, alterada pela Circular SUSEP nº 411, de 23 de dezembro de 2010, está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes da inadequação da precificação, da especificação deficiente das condições de aceitação de determinados riscos, seu exame, aprovação e seus reflexos na estimativa das provisões técnicas, podendo ser analisado pelas seguintes ópticas: i) Risco associado à probabilidade de erro no preço do produto comercializado; e ii) Risco associado ao cálculo das provisões técnicas. A Brasileira Veículos implementou o Modelo Interno, desenvolvido para avaliar e melhor dimensionar o capital em função dos riscos. O Modelo Interno adotado é atuarialmente desenvolvido e atende às exigências das regulamentações em vigor. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP utilizando as tabelas de fatores suavizados em função de possuir modelo interno para o risco de subscrição. A reformulação da metodologia para determinação do Patrimônio Líquido Ajustado, a regulamentação de metodologia padrão para mensuração do Capital Adicional de Risco de Crédito e a excelente performance de vendas da Brasileira Veículos, acima das previsões, aumentaram imediatamente a necessidade de Patrimônio Líquido da Companhia. Contudo, o resultado desse esforço de vendas é diferido para fins de apuração do Prêmio Ganho, não refletindo diretamente no resultado e, por conseguinte, no Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia apurado no mesmo período. Portanto, a suficiência/insuficiência apresentada no período anterior tem como origem o lapso temporal entre os efeitos do aumento do volume de emissões de apólices e o reconhecimento nos resultados e no patrimônio da Companhia, assim como as instituições de novas metodologias para determinação do Capital Mínimo Requerido e para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado. Adicionalmente, em 29 de abril de 2011, a Companhia elaborou o Plano Corretivo de Solvência (PCS) encaminhado à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), onde prevê a regularização dessa situação até o final do 2º semestre de 2011. Conforme demonstrado no item 18 b, o PCS da Companhia foi cumprido. Adicionalmente à readequação do nível de PLA previsto no PCS, a Companhia recebeu, em dezembro de 2011, o aporte adicional de capital no montante de R\$ 20 milhões. Conforme CARTAS/SUSEP/DITEC/CGSOA/

18. RAMOS DE ATUAÇÃO

	2011	
Ramo	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade
Automóvel	1.093.042	0,73
Responsabilidade civil facultativa	299.212	0,69
Acidentes pessoais passageiros	18.080	0,11
Assistência e outras coberturas - Auto	91.995	0,55
DPVAT	50.039	0,87
Demais ramos	5	33,24
Total	1.552.373	0,71

19. TAXAS DE CARREGAMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

A Companhia adota os seguintes intervalos a título de carregamento: • Despesas de Administração: 10% a 20%; • Despesas de Comercialização: 20% a 40%; • Margem de Lucro Esperada: 0% a 10%.

20. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona e administra plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período reconhecidas na demonstração do resultado totalizaram R\$ 577 em 2011 (2010 - R\$ 520).

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, que compõem o GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC 05. b) Essas operações foram realizadas em condições compatíveis com as de mercado e se referem, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. c) A remuneração do pessoal-chave da administração é contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. d) Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária e membros da Diretoria e seus familiares.

	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Administradores	1.306	839	(4.205)	-	889	(3.858)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	16	48	(639)	17	51	(658)
Brasileira Capitalização S.A.	14	-	14	11	-	11
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	-	37.782	(182.234)	-	78.188	(206.058)
BBDTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	-	685	(7.272)	-	628	(6.724)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	(6.75)	-	-	(630)
BB Tur Viagens e Turismo S.A.	22	-	(2.628)	87	-	(1.850)
BB Previdência Privada - Fundo de Pensão do Banco do Brasil	210	-	33	177	-	44
BB Administradora de Cartões de Crédito	-	-	(7.002)	-	-	(6.920)
Total	1.568	39.354	(204.608)	292	79.756	(226.643)

para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **3.** Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira. **4.** Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitas, e compreendem em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas,

COASO/Nº 101/2011, datada em 28 de outubro de 2011, foi aprovado em 21 de outubro de 2011 o Plano Correto de Solvência, apresentado pela Brasileira Veículos Companhia de Seguros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

	2011	2010
Patrimônio líquido	452.755	406.162
Despesas antecipadas	(52.583)	(74.092)
Ativos Diferidos	(738)	(2.050)
Ativos Intangíveis	(8.321)	-
Obras de Arte	(1)	-
Patrimônio líquido ajustado (a)	391.112	330.020
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	262.131	314.863
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	314.574	262.712
Margem de solvência (b)	314.574	314.863
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	326.456	341.915
Capital adicional de crédito - CAC	28.766	-
Benefício da correlação entre o CAC e CAS	(1.526)	-
Capital adicional	353.696	341.915
Capital mínimo requerido - CMR (c)	356.748	356.915
Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	356.748	356.915
Suficiência de capital (a - c)	34.364	(26.895)
Suficiência de capital (% da EC)	1,0963	0,9246

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2011	2010
Sinistro ocorridos	(1.096.883)	(1.019.628)
Sinistros diretos	(1.163.091)	(1.073.278)
Sinistros de consórcios e fundos	(39.857)	(38.350)
Recuperação de sinistros	1	(5)
Salvados e ressarcimentos	126.813	121.070
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(20.749)	(29.065)
Custo de aquisição	(204.991)	(177.125)
Comissões	(173.559)	(139.812)
Variação de custos de aquisição diferido	(31.432)	22.687
Resultados administrativos	(159.773)	(175.861) </